



ANÁLISE ESTRATÉGICA

ANO 3. NÚMERO 2. MAR/MAIO 2018



Análise Estratégica

ANO 3. NÚMERO 2. MARÇO/MAIO 2018



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

CelArt Valério Luiz Lange

ANALISTAS

CelInf Gerson Vargas Ávila

CelArt Francisco Carlos SartorioEstoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

COORDENADOR DE PESQUISA

TenCel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

ADJUNTO DE INFORMÁTICA

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

AUXILIARES

1º Sgt Com Vanderson Martins

Cb Valdeci Pereira Barbosa

Cb Valdeci de Sousa Lima Junior

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Análise Estratégica é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Estratégicos do Exército dedicada aos temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional. Contém artigos preparados pelos pesquisadores do CEEEx e por pesquisadores de outras instituições.

CONSELHO EDITORIAL

CelArt Valério Luiz Lange

CelInf Gerson Vargas Ávila

CelArt Francisco Carlos SartorioEstoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

TenCel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

REVISÃO TÉCNICA

TenCel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

TenCel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

1º Sgt Com Vanderson Martins Barbosa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco J – 1º andar

70630-091 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-4597

ceeex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica:

www.ceeex.eb.mil.br

Análise Estratégica. Ano 3. Nº 2. Mar-Maio/18. Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 26 p.

ISSN:2525-457X (Referente à publicação digital)



SUMÁRIO

As relações civis-militares em novos tempos	5
Cel Inf Vladimir Schubert Neiva Ferreira	
<i>Hacktivismo e a Defesa Cibernética do Brasil</i>	12
Victor Hugo Lima	
Proteção de Civis no Sítio Brasil do Exercício <i>Viking</i> 2018: efetividade baseada em experiência e pró-atividade	
Ten Cel Cav Luiz Claudio Talavera de Azeredo	19

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

As relações civis-militares em novos tempos

Cel Inf Vladimir Schubert Neiva Ferreira*

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar pontos relevantes do complexo tema das relações entre civis e militares, em um novo contexto histórico marcado pelo final da Guerra Fria em 1989, quando o tema passou a ocupar posição destacada na pauta dos decisores, em virtude de situações inéditas surgidas e dos novos conceitos vivenciados, ocasionando um redirecionamento dos militares para o cumprimento de inusitadas missões, quando passaram a ocupar progressivamente cargos em diversos órgãos e instituições dos seus países. Dentro do tema, trataremos da importância dos Ministérios da Defesa para a manutenção de uma saudável relação entre civis e militares, numa democracia efetiva, sendo este órgão considerado um dos principais indicadores da qualidade desta relação. Durante a análise, buscaremos responder ao questionamento: “Quais seriam os elementos basais para uma boa relação entre civis e militares, em uma democracia efetiva”?

Palavras-chave: Forças Armadas, Relações Civis-Militares e Ministério da Defesa.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to present relevant points of the complex subject of civil-military relations in a new historical context marked by the end of the Cold War in 1989, when the subject came to occupy a prominent position in the agenda of decision makers, due to unprecedented situations emerged and the new concepts experienced, leading to a redirection of the military to the fulfillment of unusual missions, when they gradually occupy positions in various organs and institutions of their countries. Within this theme, we will deal with the importance of the Ministries of Defense in maintaining a healthy relationship between civilians and militaries, within an effective democracy, which is considered one of the main indicators of the quality of this relationship. During the analysis, we will try to answer the question: "What would be the basic elements for a good civil-military relationship in an effective democracy"?

Keywords: Armed Forces, Civil-Military Relations and Ministry of Defense.

O Cel Inf Vladimir Schubert Neiva Ferreira é atualmente analista de planejamento estratégico do Estado-Maior do Exército, em Brasília-DF. Concluiu, em 2016, o Mestrado de Defesa e Segurança Hemisférica, pelo Colégio Interamericano de Defesa, Washington-DC, Estados Unidos da América, onde foi também assessor entre JUN 2016 e JUL 2017. Possui, ainda, o título de Mestre em Ciência Militares (2007), pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro-RJ. Entre 2011 e 2013, comandou o 28º Batalhão de Infantaria Leve e foi Diretor de Ensino do Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem, situados em Campinas-SP.

1. Introdução

O tema “relações civis-militares” é um dos mais velhos da ciência política, como dito por Eliot A. Cohen (COHEN, 2002, p. 241), e se ressentida da existência de pouquíssimas teorizações a respeito, conforme explica Samuel Huntington (HUNTINGTON, 1957, p. 7). A integração entre as instituições militares, os decisores políticos do governo e o resto da sociedade representa o foco das relações civis-militares e a base da democracia, conforme referenciado por Brian Loveman (LOVEMAN, 1999, p. 5). Estamos de volta à famosa “Pirâmide de Clausewitz”¹, considerada a base para o estudo das relações de poder: Política, Militares e Povo. Dentro desta linha de pensamento, surge o conceito de democracia efetiva, na qual a autoridade encontra-se centrada no povo e em seu nome o poder será exercido, dando voz, simultaneamente, aos vitoriosos e aos derrotados em um pleito eleitoral.

O novo arranjo dos países do hemisfério americano, deflagrado pela Queda do Muro de Berlim (1989) e o consequente término da Guerra Fria, fez alterar o modo como os Estados Unidos e a então União Soviética exerciam suas influências na região. Dentro desta ótica, os países latino-americanos foram obrigados a buscar uma nova destinação para as suas Forças Armadas, uma vez que cessaram as ameaças atômicas e o orçamento de defesa acabou sendo reduzido, de um modo geral, em cada país. Pouco tempo depois, veio a Declaração de Segurança das Américas, promulgada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2003, acrescentando o conceito da Segurança Multidimensional² ao já irrequieto

¹ “Carl von Clausewitz”, Questia (Trusted online research), acessado em 9 de outubro de 2015, <https://www.questia.com/library/history/military-history/military-science/carl-von-clausewitz>

² Esse conceito, adotado por ocasião da Conferência Especial sobre Segurança realizada entre os dias 27 e 28 de outubro de 2003, na Cidade do México, se refere a ameaças, preocupações e outros desafios à segurança de natureza diversa e de alcance multidimensional para além do enfoque tradicional, abrangendo ameaças novas e não-tradicionais, que incluem aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais.

ambiente regional, conforme Gastón Chillier e Laurie Freeman (CHILLIER; FREEMAN, s/d, p. 8), reforçando ainda mais a importância do entrosamento entre os segmentos civil e militar. Agora a pessoa humana passou a ocupar o centro das atenções, devendo os Estados serem responsabilizados pela sua proteção face às chamadas novas ameaças, como as vulnerabilidades ambientais, a delinquência organizada transnacional, o terrorismo, dentre outras. Neste contexto, militares e civis passaram a ombrear tarefas comuns, conferindo ainda mais importância à integração entre estes dois segmentos para a manutenção da paz e segurança regionais.

2. Reflexões sobre as relações civis-militares dentro de uma democracia efetiva

Pelas especificidades do tema e, ainda, em consonância com estudiosos no assunto, procuraremos realizar abordagens considerando os aspectos profissionalismo (autonomia, exclusividade e especialização), ética (honra e lealdade), legitimidade (regulamentos e leis), imagem (percepção de integridade) e credibilidade (confiança da população).

Conforme Peter Feaver (FEAVER, 2015, p. 1), um grande desafio para a manutenção de uma saudável relação entre civis e militares repousa na manutenção de uma força militar suficientemente forte para atender às necessidades apresentadas pelos civis, e disciplinada para fazer tão somente o que o segmento político autoriza fazer. O conturbado histórico de participações de militares latino-americanos na vida política de seus países constitui-se, por si só, em objeto de apreensão. Assim, especialistas no assunto como Eric Nordlinger (NORDLINGER, 1970, p. 2-3), ressaltaram a importância de se evitar distorções da participação militar no plano político, como no pretorianismo e caudilhismo, considerados “estopins” de golpes em um passado não muito distante na região.

Os diferentes trajetos percorridos por civis e militares, durante suas respectivas formações profissionais e acadêmicas, acabam por emprestar características bem peculiares a cada uma das carreiras. Como citado por Cohen (2002, p. 241), um parlamentar britânico mencionou que os soldados diferem dos outros cidadãos por serem regidos por leis distintas. Entretanto, pela abrangência do termo Defesa, tratado prioritariamente no nível político e com envolvimento de profissionais integrantes de áreas correlatas em todos os Campos do Poder, há necessidade de um esforço conjunto entre os dois segmentos em estudo, de modo a se buscar uma maior integração com vistas a realmente poder contribuir com o país.

A incessante busca de conhecimento, em um competitivo mundo globalizado com informações fluindo em frações de segundos, trouxe à tona a necessidade de que profissionais sejam realmente plenos no que fazem, com um amplo espectro de conhecimento que os tornem versáteis e eficientes. É a Era do Conhecimento, caracterizada por uma incessante busca de padronização de procedimentos e especialização em temas focais de interesse prioritário para uma instituição.

A Era da Profissionalização está consolidada. Não há mais espaço para amadores. O segmento político não pode ficar exposto por ações equivocadas de militares. Não obstante, Huntington, segundo Cohen (2002, p. 242) descreveu que nem todos os militares poderiam ser considerados efetivamente profissionais, uma vez que não se especializavam em áreas diretamente relacionadas ao manejo da violência, tida por ele como a principal destreza do soldado. Confirmando a tese de Thomas Young (YOUNG, 2006, p. 20), o militar deve ser realmente competente em uma democracia efetiva, o que favorece suas relações com os civis, por conferir maturidade e perícia.

Um dos pontos considerados sensíveis nas relações entre civis e militares repousa no modo como cada um se subordina ao outro, particularmente no nível político, quando se

deve escolher aqueles que exercerão cargos de chefia, como, por exemplo, o do próprio Ministro da Defesa. A ocupação desta função por um civil pode emprestar maior legitimidade à pasta, além de encurtar as ligações com as autoridades dentro de cada um dos poderes constituídos, delineando a Política Nacional de Defesa, o orçamento das Forças Armadas, dentre outros pontos relevantes, favorecendo uma democracia efetiva e sólida.

Neste ponto vem à tona uma questão de suma relevância, dentro de um ambiente democrático: como deve ocorrer esta relação, importantíssima no nível político? Autoridades no assunto, como Cohen (2002, p. 244) e Dayne Nix (NIX, 2012, p. 89), reforçam a chamada “Teoria Normal” de Huntington³, ao citarem a forma de controle dos militares, por parte dos civis, dita como “Objetivo”, como sendo a mais eficaz, pois incrementa o profissionalismo destes oficiais, considerada a base desta teoria, ao invés de domá-los (forma “Subjetiva”), ideia que trazemos à reflexão pois, com alguns ajustes e adaptações à realidade brasileira, pode sim favorecer o entrosamento entre ambos.

Aí vem um grande diferencial para a saúde desta relação: como, na prática, os civis devem “controlar” os militares? Cohen (2002, p. 243) e Feaver (2015, p. 4), salientam que se deve reconhecer a “autonomia” do segmento militar. Esta postura, a meu ver, pode ser decisiva para uma boa relação civil-militar, por torná-los confiáveis perante os civis.

Dentre os mecanismos de “controle” dos militares pelos civis, citados por Feaver (2015, p. 165), destacamos a nomeação de militares de alta patente como assessores do presidente do país, como nos EUA. Loveman (LOVEMAN, 1999, p. 245) segue a mesma direção, mas ressalta a importância da subordinação efetiva ao governo civil, mas com limites bem definidos e próximos ao

³ Conforme “Samuel P. Huntington | biography - American political scientist, disponível in <http://www.britannica.com/biography/Samuel-P-Huntington> (acessado 1 de outubro de 2015).

padrão “liberal”. Deste modo, por diminuir tensões entre os dois segmentos, e dentro de uma ética que incentiva a lealdade, pode favorecer as boas relações entre ambos e contribuir para o ambiente democrático.

Por outro lado, a tão sonhada profissionalização, defendida por Huntington, deveria também abranger os civis. Em busca do nivelamento de conhecimento, padrões e atitudes, até pela diferença de formação entre os segmentos, deve-se buscar criar oportunidades em que civis e militares possam trabalhar integrados, como em cursos e operações conjuntas, por exemplo.

A notória competência dos civis seria bastante útil em áreas como Relações Internacionais, Geopolítica, Política de Defesa e Segurança, Administração, dentre outras, tudo isso coerente com Young (2006, p. 29), que defende que a profissionalização também deve ser estendida aos civis, os quais devem também ter competência em assuntos militares. Assim, urge pensar na criação de uma carreira específica para os civis na área de Defesa e Segurança, capacitando-os e motivando-os.

Outro ingrediente importante para a saúde de uma boa relação entre civis e militares repousa nos padrões éticos que cada um dos segmentos irá emprestar ao convívio diário, bastante explorado por Huntington, que defende a possibilidade do ramo civil adotar princípios similares aos da ética militar, o que, ao meu ver, se aplicado com bom senso, pode favorecer às boas relações, por padronizar procedimentos e aumentar o comprometimento de ambos com a defesa do país.

O estabelecimento dos Objetivos Nacionais por uma Nação, assim como a sua inserção geopolítica no cenário internacional, em muito contribuirá para a demarcação dos papéis a serem desempenhados por civis e militares. A definição clara destes pontos relevantes para o país advém da maturidade de sua sociedade, particularmente no nível político. Deste modo, dos três “compartimentos” mencionados por Clausewitz (Políticos + Militares + Povo),

dois deles (Político e Militar) seriam ocupados por profissionais capacitados e cientes de sua responsabilidade com a nação, conforme dito por Huntington, o que aproximaria ambos.

A legitimidade de um governo é fundamental para a saúde das relações entre civis e militares, fortalecendo a ideia de que o emprego em combate deve ser sempre determinado por critérios políticos (HACKETT, 1970), claro que tudo perfeitamente alinhado com as leis do país, refletindo credibilidade e respeito mútuo.

O número de situações que requerem um trabalho integrado entre militares e civis vem aumentando, como as ações de contra insurgência desempenhadas pelas Forças Armadas dos EUA no Afeganistão, o emprego de militares em auxílio à desastres naturais na América Central/EUA e as recentes ações da ONU no HAITI (MINUSTAH). Dentro desta direção, surgiu a “Declaração de Segurança das Américas”, promulgada pela Organização dos Estados Americanos (OEA, 2003), trazendo o moderno conceito de “Segurança Multidimensional”, conforme Gastón Chillier e Laurie Freeman (CHILLIER; FREEMAN, 2005, p. 8).

Neste contexto, militares e civis cada vez mais estarão ombreados, possibilitando o amadurecimento das instituições ligadas à defesa e segurança do país, além do fortalecimento de sua imagem perante a sociedade, em que pese o temor de que esta “militarização das instituições (securitização)” possa a vir a arranhá-la, como dito por Carlos Barrachina e Juan Rial (BARRACHINA; RIAL, 2006, p. 18-21).

Voltando aos efeitos vivenciados pelo hemisfério americano, após o término da Guerra Fria, no início da última década do século passado, anteriormente mencionados, constatou-se um redirecionamento do emprego das Forças Armadas para outras frentes distintas das tradicionais, como a clássica defesa da soberania face a um inimigo externo. Além disso, a crescente influência da Declaração da OEA de 2003,

com foco multidimensional, trouxe à tona as chamadas operações interagências, onde militares e civis, agora com ideais comuns, interagem com maior intensidade.

Assim, mais do que nunca, as relações civis-militares passaram a ocupar papel relevante no processo decisório. Conforme citado por Feaver (2015, p. 164), Huntington faz referência à chamada “guerra limitada”, onde as Forças Armadas exercem o papel de forças policiais, mesmo que esporadicamente, o que, segundo Janowitz (1971, p. 404) acaba corroborando para o controle dos militares pelos civis, o que fortalece a sua imagem perante a sociedade. Para Young (2006, p. 22-29), uma boa percepção de integridade do segmento militar pode ser passada através do respeito à democracia e aos direitos humanos (DH), do culto à lealdade e da transparência de suas ações, o que fortalece uma boa relação com o segmento civil.

Em que pese virtuais desgastes do emprego das Forças Armadas em situações preponderantemente policiais, ações bem planejadas, com grande exposição à mídia, atendendo à solicitação do estamento político e em respeito às leis do país, como no Brasil, podem melhorar a credibilidade do segmento militar perante a população e favorecer uma boa relação entre civis e militares, em uma democracia realmente efetiva.

O modo como os militares se relacionam com a sociedade sempre foi objeto de atenção, particularmente no nível político, conforme história recente. Mas os tempos mudaram. Segundo Abrahamsson (1973, p. 153), os militares estão especializando-se, cada vez mais, em relações públicas e propaganda, tornando as suas ações mais transparentes, o que acaba contribuindo para uma imagem de integridade e credibilidade perante a população, facilitando as suas relações com o segmento civil.

A credibilidade alcançada com a progressiva subordinação dos militares ao poder político, conforme Chiller e Freeman (2005, p. 9-10), é notória, em que pese os desgastes oriundos de uma pequena

participação dos militares em órgãos e instituições (conceito de securitização), pelo absoluto despreparo de alguns civis, já como reflexo da aplicação do conceito de “Segurança Multidimensional”. Considero muito positiva tal subordinação, particularmente a nível político, por permitir a supervisão das atividades militares por parte dos civis, essencial à uma boa relação civil-militar.

Um ponto considerado relevante, a nível político, é a busca de estreitas relações do segmento militar com os poderes e autoridades constituídos, através de trabalhos conjuntos, seminários, participação em operações, troca de informações diversas, de modo a mantê-los atualizados a respeito das condições de emprego da tropa e das dificuldades enfrentadas. Isto como forma de conservar a força institucional de organizações civis e permitir a fiscalização da tropa, conforme dito por Janowitz (1971, p. 406).

3. Considerações finais

Em uma democracia efetiva, questões de segurança nacional que ameacem a paz e a estabilidade do país, trazendo a guerra, têm que ser decididas pelo povo, através dos seus representantes democraticamente eleitos. A consciência de que as Forças Armadas existem para proteger o país e a liberdade do seu povo tem que estar na mente de todos, particularmente a nível político.

As boas relações entre civis e militares estão calcadas em importantes elementos, em uma democracia efetiva. O profissionalismo dos militares, alicerçado na perícia dos seus quadros, particularmente dos seus oficiais, aliado ao conhecimento de assuntos militares, por parte dos civis, permite uma saudável relação entre ambos, fortalecida pela autonomia confiada aos militares. A possibilidade de padronização de procedimentos éticos entre ambos, com bom senso, pode aumentar o comprometimento mútuo. Além disso, a participação de militares como assessores, dentro de um governo civil, com limites bem definidos,

fortalecerá a confiança mútua e os prestigiará, diminuindo tensões e consolidando a boa relação entre ambos.

O entendimento pleno, por parte dos militares, de que a decisão do seu emprego em ações bélicas cabe exclusivamente ao governo civil, conforme as leis do país é fundamental para um bom convívio entre as partes, pois confere legitimidade. Já a manutenção de uma boa imagem, também importante para tais relações, é conseguida através da participação equilibrada das Forças Armadas em operações “tipo polícia”, do

respeito aos DH e à democracia, da transparência e da participação em um contexto de “Segurança Multidimensional”, o que também favorece a credibilidade. Por fim, dentro desta última, a subordinação consentida ao poder civil, um sólido sistema educacional e a transparência, também favorece um bom convívio entre os segmentos.

Referências

ABRAHAMSSON, Bengt. Military Professionalization and Political Power. *The Journal of Politics*, Vol. 35, No. 1 (Feb., 1973).

BARRACHINA, Carlos; RIAL, Juan. Los Ministerios de Defensa en América Latina y las Consecuencias de la multidimensionalidad de las Amenazas. (2006) Disponível in: <http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-barrachina-rial-ago06.pdf> (acessado 27 de outubro de 2015).

CHILLIER, Gaston; FREEMAN. “Potential Threat: The New OAS Concept of Hemispheric Security.” Washington Office on Latin America, 2005. Disponível em http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4293-001_g.pdf (acessado em 27 de outubro de 2015).

COHEN, Eliot A. Supreme Command: Theory of Civilian Control (SPA). Versão traduzida pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID). New York, Free Press, 2002. Appendix: The Theory of Civilian Control", pp. 241-264.

FEAVER, Peter. The civil-military problematique: Huntington, Janowitz, and the question of civilian control. 2006. Disponível in <http://search.proquest.com.nduezproxy.idm.oclc.org/docview/236500962/fulltextPDF/D72C170C84CA4BE6PQ/1?accountid=173708> (acessado em 24 de outubro de 2015).

HACKETT, John W. The Military in Service to the State. Harmon Memorial Lectures in Military, Nr 13. US Air Force Academy, 1970.

HUNTINGTON, Samuel P. The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations.. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

JANOWITZ, Morris. The Professional Soldier: A Social and Political Portrait”. 2ª Ed. New York: The Free Press, 1971.

LOVEMAN, Brian. For la Patria: Politics and the Armed Forces in Latino America (Introduction)”, Versão traduzida pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID). Wilmington: Scholarly Resources, Inc., 1999.

NIX, Dayne E. American Civil-Military Relations: Samuel P. Huntington and the Political Dimensions of Military Professionalism. *Naval War College Review* 65: 2, 2012. pp. 88–104. Disponível <http://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol65/iss2/7/> (acessado 27 de outubro de 2015).

NORDLINGER, Eric A. *Soldiers in Politics (Military Coups and Governments)*. Texto distribuído pelo Colégio Interamericano de Defesa (CID) dentro do seu programa acadêmico, 1970.

OEA (Organização dos Estados Americanos). “Special Conference on Security (OEA) - 2003”. Disponível in: <http://www.oas.org/en/sms/docs/DECLARATION%20SECURITY%20AMERICAS%20REV%201%20-%2028%20OCT%202003%20CE00339.pdf> (acessado 31 de outubro de 2015).

YOUNG, Thomas-Durell. *Military Professionalism in a Democracy*. In Bruneau, Tollefson (eds). *Who Guards the Guardians and How-Democratic Civil-Military Relations*, Austin: University of Texas Press, 2006. pp.. 17-33.

Hacktivismo e a Defesa Cibernética do Brasil

Victor Hugo Lima*

RESUMO

Desde a publicação das primeiras medidas de defesa cibernética do Brasil, observam-se grandes dificuldades em sua implementação. Com a chegada de grupos *hacktivistas* ao país, tais dificuldades se tornaram cada vez mais evidentes, colocando em questão a capacidade estatal de gestão e elaboração de políticas de defesa cibernética para proteção e segurança do país neste campo. Apesar da crescente preocupação com o tema e de sua priorização no marco da política de defesa sinalizarem importante evolução no pensar estratégico do Brasil, persistem desafios no tocante aos investimentos, treinamento de pessoal e melhoria da capacidade estrutural de defesa cibernética.

Palavras-chave: *hacktivismo*; defesa cibernética; política de defesa; Brasil.

ABSTRACT

Since the enactment of the first cyber defense measures in Brazil, several difficulties in their implementation have been observed. With the surge of first hacktivist groups in the country, such difficulties became even more evident, as well as those related to the state capabilities in policy making and management to provide adequate levels of security and protection in this area. Despite the growing concern with and the priority assigned to cyber defense, signaling an important departure in Brazil's strategic thinking, important challenges remain as to investments, training and the enhancement of structural cyber defense capabilities.

Keywords: *hacktivism*; cyber defense; defense policy; Brazil.

*Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília possui experiência na área de Defesa, com ênfase em Defesa Cibernética. Realizou pesquisa junto ao CNPq no tema de Defesa Cibernética e Cibersegurança brasileiros, assim como é membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Segurança Internacional do IREL-UnB.

1. Introdução

Com o decorrer dos anos, a internet deixou de ser um meio apenas de comunicação e se tornou também um modo de manifestação social organizada e massiva, o que se deve ao surgimento e desenvolvimento dos *hackers* e, em seguida, do *hacktivismo*. Este segundo ganha o papel principal dentro da lógica relacional da internet e movimentos sociais.

O *hacktivismo*¹ ganha os holofotes no século XXI e protagoniza revoluções e dá estopim a movimentos sociais ao redor do mundo. No Brasil o movimento mostrou sua força a partir de 2010 e se tornou um catalisador para a produção de políticas de defesa e segurança nacional na órbita estatal e para estratégias de segurança também na esfera privada.

O *hacktivismo*, em busca de cumprir o seu papel social de proteger a sociedade de quaisquer ameaças evidentes à liberdade (papel criado e tomado como dever pelos próprios *hacktivistas*), não difere organismos estatais de empresas privadas, quando se dispõem a cumprir o seu papel. E apesar de tais grupos se verem como defensores sociais, são grandes protagonistas no espaço cibernético brasileiro e representam ameaça real para a segurança e defesa do Brasil.

Frente a isso, a defesa cibernética do Brasil não cumpre seu papel, e deixa a desejar nos mais diversos ataques ao país, não apenas no plano estatal, mas também da cidadania e das corporações. A política, gestão, elaboração, e aplicação da defesa no campo cibernético são débeis e possuem um longo caminho adiante para melhorar.

¹ *Hacktivismo* surgiu a partir da junção entre *hackear*, atividade de utilizar a internet para invasões ou ataques a outros, e *ativismo*, utilização do espaço público para a reivindicação de algo. O *hacktivismo* é a utilização do meio cibernético, de uma maneira mais técnica, para a reivindicação ou defesa de causas, muitas vezes, públicas.

2. *Hacktivismo*: surgimento no Brasil e sua importância

Com o advento da internet, e de suas enormes possibilidades de organização, coordenação e comunicação entre pessoas, grupos, empresas etc, novas formas de protesto e demonstração de indignação surgiram. O ambiente cibernético teve como um de seus frutos mais inquietantes e nocivos o *hacktivismo*.

Primeiramente é necessário entender o que são os *hackers* e como agem. Para isso, vê-se datada no tempo, exatamente em 26 de julho de 1981, publicação do New York Times apontando uma definição para *hackers*, a qual continua sendo válida até os dias de hoje:

Hackers são experts técnicos; habilidosos, muitas vezes jovens, programadores de computadores, que colocam em perigo as defesas de outros sistemas computacionais, procurando sempre os limites e possibilidades do computador. Apesar de seu papel aparentemente subversivo, *hacker* são ativos reconhecidos na indústria de computadores, e muitas vezes são altamente premiados. (NYT; 1981; tradução livre).

Porém os primeiros *hackers* surgiram entre os anos 1960 e 1970, nos laboratórios do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), onde as capacidades destes foram desenvolvidas enormemente. *Hackers* trabalham nas mais diversas formas, e cada tipo de *hacker* tem um modo diferente de agir na internet. Tratamos aqui especificamente dos *hacktivistas* que geralmente agem através de: sit-ins virtuais; bloqueios virtuais; bombas de e-mails; invasão de websites, e-mails; invasão de computadores, celulares, sistemas em geral; vírus para sistemas operacionais e worms.

O *hacktivismo* em si é uma nova forma de desobediência civil, que uma vez era sedentária e concreta, e agora se tornou um corpo indefinido eletrônico, muito difícil de

ser controlado (ENSEMBLE, p.1, 1996). De fato, o *hacktivismo* surge como uma maneira de proteção à sociedade civil, e protesto por parte da mesma, uma vez que os *hacktivistas* se colocam como protetores dos civis, e os civis também participam do movimento, fazendo dele sua voz frente a diversos problemas.

O fenômeno teve início nos Estados Unidos, Europa e Rússia, que foram os primeiros países a disporem de tecnologias da informação disseminadas e acessíveis às massas. Porém, à medida em que se popularizaram e se tornaram acessíveis ao resto do mundo, viu-se o fenômeno do *hacktivismo* surgindo em outras partes do globo. Em países considerados de terceiro mundo, onde a população possui grande indignação e anseio por representação, o fenômeno foi acolhido pelas massas e assumiu grandes proporções.

O maior exemplo da proporção e poder do *hacktivismo* e da internet foi o estopim da Primavera Árabe. Com início na Tunísia e Egito, os *hacktivistas* presentes nos eventos da Primavera Árabe utilizaram mídias sociais e técnicas de invasão para ajudar a depor governos ditatoriais e corruptos de seus países. Tais revoluções apenas foram possíveis graças ao poder de organização proporcionado pela internet, e pela audácia dos *hacktivistas*.

No Brasil o movimento não teve essa mesma força e proporção, mas, ainda assim, merece atenção e análise cuidadosa. No país, o principal expoente tem sido o grupo *hacktivista Anonymous*, insurgente de um fórum na internet no ano de 2008 e que tem como símbolo a máscara de Guy Fawkes² (MACHADO, p.21, 2013). O Brasil entrou

² Guy Fawkes ficou conhecido na história por ser um dos responsáveis pela Conspiração da Pólvora em 1605, que almejava explodir o parlamento inglês no dia 05 de novembro. O plano falhou, mas Guy Fawkes ficou marcado na história como o único homem a entrar no parlamento com boas intenções. Seu rosto virou uma máscara, e símbolo de luta para a organização *Anonymous*.

no mapa do *hacktivismo* em 2010-2011, com o início de nichos locais de aderentes às ideias da *Anonymous*.

De 2011 ao presente, o grupo *Anonymous* tem se mantido ativo no cenário político brasileiro. É comum encontrar sites de líderes religiosos, políticos, governantes, estados, governo federal, e agências como a ANATEL, invadidos e modificados pelo grupo. Na grande maioria das vezes os ataques não sofrem críticas do público brasileiro, pois os *hacktivistas* sempre buscam representar eletronicamente as pessoas que se sentem indignadas pelas mesmas razões que eles.

Não apenas de invasões sobrevive o movimento *hacktivista* no Brasil. O movimento também organiza manifestações por meio da internet e de redes sociais, tendo como exemplo àquelas do ano de 2013. O poder de organização proporcionado pelo ativismo é grande e representativo, consegue movimentar massas que apenas necessitam confirmar presença em um evento marcado através das redes sociais.

Ainda no âmbito de movimentos sociais catalisados pelos *hacktivistas* no Brasil, é importante notar que os mesmos agiram de maneira contrária a um anseio popular, no ano de 2015 e recentemente em 2016, quando invadiram diversos sites de movimentos populares que defendiam a saída da então presidente, Dilma Rousseff, defendendo a ideia de que tal movimento era antidemocrático.

3. O *hacktivismo* e a defesa cibernética brasileira

O número de ataques cibernéticos tem crescido no Brasil desde 2001, tendo como alvos bancos, agências governamentais, organismos internacionais, e partidos políticos. Devido à fragilidade na defesa deste espaço nacional, o país também tem sido alvo

de espionagem de modo recorrente, como a promovida pelos Estados Unidos em 2013.

Sete anos após o primeiro ataque cibernético e sua propagação no decorrer do tempo, o Brasil adicionou em sua Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008 o quadro de Política de Defesa Cibernética, além de publicar o Livro Verde de Segurança Cibernética (JUNIOR, CANONGIA. 2010), onde o setor se tornava estratégico para a defesa e a segurança nacional. Entretanto, poucos avanços foram alcançados desde então.

Com a publicação dos referidos documentos, adveio o estabelecimento do objetivo de criar um Sistema Militar para Defesa Cibernética, a introdução de defesa cibernética em exercícios das juntas militares e simulações de combate (LOBATO, KENKEL, p.34, 2015). Tal objetivo levou à criação do primeiro simulador de ataque cibernético no Brasil e à inserção de exercícios de defesa cibernética nas academias militares em todo o território nacional.

Essas iniciativas, por mais que possuam um caráter evolutivo e promissor, ainda continuam sendo insuficientes, mesmo decorridos oito anos da publicação da seção de defesa cibernética na Estratégia Nacional de Defesa (END, Art.1). A inteligência de defesa na área ainda continua muito obsoleta se comparada à capacidade de ataque dos criminosos cibernéticos. O Brasil ainda continua muito debilitado e atardado em questões técnicas e operacionais, e com a chegada do movimento *hacktivista*, essa vulnerabilidade na defesa nacional se tornou ainda mais evidente.

O que nos concerne apresentar e analisar é a grande influência *hacktivista* na defesa nacional cibernética. A partir de 2011, com o primeiro ataque cibernético protagonizado no Brasil pelo Grupo *Anonymous*, os investimentos tiveram aumento significativo e diversas de escolas

foram criadas para o desenvolvimento da área.

Em 2013 o Simulador Nacional de Operações Cibernéticas entrou em funcionamento, no Centro de Instrução de Guerra Eletrônica em Brasília, e começou a ser utilizado pelo Exército Brasileiro para treinamento de profissionais, com o objetivo de melhor capacitá-los a defender o Brasil nesse campo. No ano seguinte o Centro de Defesa Cibernética foi criado junto ao Estado Maior do Exército. Este, por sua vez, organizou e dividiu as funções para desenvolvimento desta área em dez órgãos, estes são:

1. Organização do Centro de Defesa Cibernética: CDCiber - Brasília
2. Planejamento e Execução da Segurança Cibernética: CITEx - Brasília
3. Estrutura de Apoio Tecnológico e Desenvolvimento de Sistemas: CDS - Brasília
4. Estrutura de Pesquisa Científica na Área Cibernética: IME - Rio de Janeiro
5. Estrutura de Capacitação e de Preparo e Emprego Operacional (Força Cibernética): CCOMGEX - Brasília
6. Arcabouço Documental: CDCiber - Brasília
7. Estrutura para Produção do Conhecimento Oriundo da Fonte Cibernética: CIE - Brasília
8. Gestão Pessoal: CDCiber - Brasília
9. Rede Nacional de Segurança da Informação e Criptografia: RENASIC - Brasília
10. Rádio Definido por Software: CTEEx - Rio de Janeiro

E mesmo com todas essas subdivisões e organização o país ainda continua distante de uma capacidade consistente em matéria de defesa cibernética, tanto técnica quanto estrutural. Diversos ataques cibernéticos protagonizados por grupos *hacktivistas*, internos e externos, ainda ocorrem em grandes números. Graças aos investimentos e treinamentos, muitos destes ataques puderam ser contidos; em muitos casos, a recuperação dos mesmos é rápida. Como exemplo, citam-se os ataques feitos aos sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal no ano de 2016,

devido aos trâmites do impeachment, onde os grupos derrubaram os serviços dos sites, que foram recuperados rapidamente.

Houve evolução no quesito de defesa nacional e recuperação de ataques cibernéticos, mas ainda persiste grande deficiência no quesito identificação dos infratores e retaliação aos ataques. Com efeito, a grande falha do Brasil neste campo tão importante para a defesa nacional não apenas se manifesta na pobreza técnica e estrutural. A tabela abaixo ilustra a situação acima demonstrada.

Tabela - Documentos e agências governamentais responsáveis por regular a defesa cibernética

DOCUMENTOS	AGÊNCIAS
<p>- BRASIL, 2008: Estratégia de Defesa Nacional (Lei n° 6.703, 18/12/2008).</p> <p>- BRASIL, 2012: Política de Defesa Cibernética (Ordem n° 3.389/MD, 21/12/2013).</p>	<p>ABIN - Agência Brasileira de Inteligência</p> <p>MD - Ministério da Defesa</p> <p>EB - Exército Brasileiro</p> <p>CDCiber - Centro de Defesa Cibernética</p> <p>Presidência da República</p> <p>CDN - Conselho de Defesa Nacional</p> <p>DSIC - Departamento de Segurança da Informação e Comunicações Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI-PR)</p> <p>CREDEN - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</p>

Como é possível notar na tabela, existem diversos órgãos e agências que possuem jurisprudência administrativa sobre a defesa cibernética do país, e dessa maneira, o andamento das políticas nesta área se torna lento.

Considerações Finais

A primeira seção deste artigo buscou demonstrar como surgiu o movimento *hacktivista* no mundo e como ele se espalhou

até chegar ao Brasil. A importância do histórico do movimento revela, por sua vez, as crescentes vulnerabilidades do país e os problemas que, apesar dos avanços em seu reconhecimento e na articulação de políticas para seu enfrentamento, persistem no âmbito da defesa cibernética.

O discurso social difundido por ativistas *hackers* lhes dá grande penetração social, mas mesmo assim não legitima sua ação na internet, que é maléfica tanto para o país quanto para própria sociedade. Porém, a responsabilidade pelas falhas na segurança

cibernética não pode ser creditada aos movimentos *hacktivistas*, já que, em grande parte, a falha em defender o Brasil no meio cibernético se deve tanto às carências materiais, tecnológicas e de recursos humanos e à má gestão e aplicação de leis na área como também aos descuidos e despreparo também por parte das corporações privadas e da própria cidadania.

O Brasil precisa evoluir muito em matéria de defesa cibernética, nas políticas da mesma, e na gestão do setor, caso queira neutralizar grupos *hacktivistas* no país.

Entretanto, o fato de já existir uma preocupação com este campo da defesa representa uma grande evolução no pensar estratégico do Brasil. Ainda existe um grande caminho a percorrer para que o campo cibernético se torne seguro para os cidadãos, para o Estado para as empresas brasileiras, o que pressupõe grandes investimentos em treinamento de pessoal, aumento da capacidade estrutural de defesa cibernética e maior importância no âmbito da própria Defesa nacional.

Referências

CORTEZ, Igor Siqueira; KUBOTA, Luis Claudio. Contramedidas em segurança da informação e vulnerabilidade cibernética: evidência empírica de empresas brasileiras. *Rev. Adm. (São Paulo)*, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 757-769, Dec. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072013000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/10/2016. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1119>.

ENSEMBLE, Crítical Art. *Electronic Civil Disobedience in Electronic Civil Disobedience and other unpopular ideas*. Mídia Autônoma: Estados Unidos da América. (1996).

Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm> Acesso em: 24/10/2016.

LOBATO, Luísa Cruz; KENKEL, Michael Kai. Discourses of cyberspace securitization in Brazil and the United States. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 58 (2): 23-43. 2015.

MACHADO, Murilo B. *Por Dentro dos Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle*. Dissertação (Mestre em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, 2013.

Ministério da Defesa. CDCiber: perspectivas em face da espionagem eletrônica. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/viii_cedn/cibercidvii/icedn.pdf> Acesso em: 02/10/2016.

New York Times. Case of the purloined password. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1981/07/26/business/case-of-the-purloined-password.html?pagewanted=all>> Acesso em: 29/09/2016.

Saint Petersburg Times. A history of hacking. Disponível em: <<http://www.sptimes.com/Hackers/history.hacking.html>> Acesso em: 29/09/2016.

SYMANTEC. (2012) 2012 Norton cybercrime report. [http://now-static.norton.com/now/en/pt/images/Promotions/2012/cybercrimeReport/2012_Norton_Cybercrime_Report_Master_FINAL_050912.pdf] Acessado em 02/10/2016.

Proteção de Civis no Sítio Brasil do Exercício *Viking* 2018: efetividade baseada em experiência e pró-atividade

Ten Cel Cav Luiz Claudio Talavera de Azeredo*

RESUMO

O trabalho aborda estratégia de Proteção de civis elaborada durante o Exercício Viking 2018 pelo componente militar do sítio Brasil. Para tanto, apresenta inicialmente o Exercício Viking e seu sítio remoto instalado no Brasil. Seguem-se considerações sobre o componente militar, notadamente sobre a experiência no assunto do Comandante e dos militares diretamente envolvidos com o planejamento da temática de proteção de civis. Passa-se então a estratégia propriamente dita, abordando suas bases doutrinárias e as atividades realizadas para sua elaboração, especificando sua plausível efetividade caso aplicada para a proteção de civis em situações reais de conflito. Finalmente, entre outras conclusões, o texto atesta a validade do adestramento realizado por meio da simulação vivenciada por todos os participantes do exercício viking.

Palavras-chave: Proteção de Civis; Exercício Viking 2018; Componente Militar do Sítio Brasil.

ABSTRACT

This essay analyses the strategy of Protection of Civilians designed by the military component during the Viking Exercise 2018 Brazilian Site. In order to fulfil this goal, it initially presents the Viking Exercise 2018 and its remote site in Brazil. I then present considerations about the military component, especially about the experience of the Commander and the military involved with the Protection of Civilians planning. I, then, analyze the strategy, focusing on its doctrine foundations and its activities and aiming its effectiveness when applied to real conflict situations. Finally, the text concludes about the validity of Viking 2018 training exercise.

Keywords: Protection of Civilians; Exercise Viking 2018; Military Component Brazilian Site.

* Oficial de Cavalaria lotado no Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro. Bacharel, Pós Graduado e Mestre "Strictu Sensu" em Operações Militares. Além do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME, possui o Curso de Oficial de Estado-Maior das Nações Unidas da Diretoria Militar de Treinamento Conjunto do Canadá. É também Bacharel em Direito. Sob a égide da Organização das Nações Unidas, foi Oficial de Estado-Maior da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), tendo desempenhado a função de Chefe da Seção de Operações do Setor Leste.

1. Introdução

Em depoimento ao museu americano do holocausto no ano de 2002 (UNITED STATES..., 2014), o General canadense Roméo Dallaire, Comandante do componente militar da pequena força das Nações Unidas estabelecida no território ruandês por ocasião do genocídio de Ruanda, expôs algumas questões que permaneciam em sua mente anos após o trágico evento. "Será que eu fiz tudo o que eu pude? Será que eu utilizei adequadamente as ferramentas disponíveis?"?

Após interagir com participantes do Exercício Viking 2018, pude constatar que questionamento semelhante permeia a mente de vários militares, policiais e civis com experiência em missões de paz e/ou atuação em áreas de conflito.

Infelizmente, é comum testemunharmos ao menos uma oportunidade na qual a proteção de civis não pode ser assegurada integral ou parcialmente, fato que suscita na mente de todos a mesma dúvida enunciada pelo general canadense.

Nesse contexto e aproveitando a oportunidade propiciada pela operação Viking 2018 de poder aprofundar os estudos e trabalhos sobre operações de paz em ambiente simulado com destaque para a temática da proteção de civis, o presente texto destina-se a apresentar procedimentos relacionados ao assunto, desenvolvidos no âmbito do componente militar que atuou no sítio brasileiro do exercício.

2. A Operação Viking 2018

O exercício Viking 2018 foi a oitava edição de adestramento simulado multinacional e multidimensional integrado de operações de paz organizado pelas Forças Armadas da Suécia, reconhecido como maior do mundo nesse contexto. Congregando militares, policiais e civis de cerca de 60 países, o exercício Viking contou com a participação institucional da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização do Tratado

do Atlântico Norte (OTAN), entre as cerca de 80 organizações governamentais, não governamentais e internacionais.

Fig 1 - Logotipo da Operação Viking 2018¹



Fonte: Exército Brasileiro (2018).

A simulação na qual os participantes do exercício foram treinados foi contextualizada em um quadro de emprego de Forças de Paz sob condução da ONU e da OTAN no país fictício denominado "Bogaland". As ações conduzidas para pacificação e estabilização do hipotético país foram realizadas a partir de seis sítios remotos estabelecidos no Brasil, Bulgária, Finlândia, Irlanda, Sérvia, e Suécia, interconectados sob a coordenação do Quartel-General da missão da ONU simulada, estabelecido na Suécia.

Alinhado com o atualmente adotado nas missões de paz da ONU estabelecidas pelo mundo, a Proteção de Civis foi um dos temas centrais trabalhados no exercício Viking 2018. Os principais documentos que embasaram a simulação abordavam o assunto enfaticamente, evidenciando-o como a prioridade da Missão, devendo ser uma das tarefas centrais de todos os componentes do exercício. Neste sentido, reproduzem-se a seguir alguns trechos relevantes do assunto.

¹ Disponível em:

<<http://www.coter.eb.mil.br/index.phpcomponent/content/article?id=482>>. Acesso em: 10 Jul 2018.

Mandato na Missão de Paz Integrada das Nações Unidas em Bogaland²

*A resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 5207 (2017) reconhece que a situação em certas regiões do território de Bogaland permanece constituindo-se uma ameaça a paz e segurança internacionais. Simultaneamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas avalia que a situação de segurança em Bogaland é adequada a uma progressiva transmissão de responsabilidades de segurança entre a Força Interina de Assistência de Segurança da República da Bogaland, Força de Bogaland (BFOR em inglês) (estabelecida pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 5019 (2017) parágrafo 3) e uma Missão de Paz das Nações Unidas. Atuando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança decide que o mandato da Missão das Nações Unidas para Bogaland deve ser o seguinte: (a) **Proteção de civis, incluindo proteção de crianças, proteção de mulheres e de violência sexual relacionada ao conflito.** (Tradução e grifos nossos).*

Estratégia Ampla de Proteção de Civis da Missão das Nações Unidas em Bogaland³ (4)

A proteção de civis em uma missão de paz das Nações Unidas é um desafio altamente complexo que requer coordenação de esforços de todos os membros da missão e membros das agências e fundações da ONU estabelecidos no país. Nesse contexto, cada componente ou agência deve estar ciente da sua singular contribuição as ser emprestada para a implementação do mandato de proteção de civis. (Tradução nossa)

Em decorrência, as atividades do exercício em todos os sítios da operação abordaram a proteção de civis em alguma medida, sendo o assunto transversalmente e

profundamente trabalhado no sítio Brasil do Exercício Viking 2018.?

3. Sítio Brasil do Exercício Viking 2018

O sítio Brasil do Exercício Viking 2018 foi estabelecido na Capital Federal, Brasília-DF, pelo Exército Brasileiro (EB), por intermédio de seu Comando de Operações Terrestres (COTER). Civis, militares e policiais de mais de 20 países trabalharam nas instalações do Comando Militar do Planalto (CMP), desenvolvendo suas atividades de modo integrado com as ações realizadas em todos os outros sítios remotos do exercício, em especial com o estabelecido na Suécia, sede do Quartel-General do Exercício Viking.

Fig 2 - Participantes do Sítio Brasil do Exercício Viking 2018 (5)



Fonte: Exército Brasileiro (2018).

Vídeos conferências diárias, além da constante conexão telefônica e por meio de rede lógica dedicada, asseguraram a ligação e a coordenação, efetivando a participação do sítio Brasil no âmbito da operação.

A temática da Proteção de Civis obteve significativo destaque no sítio Brasil. Nesse contexto e como atividade preliminar ao Exercício Viking 2018, o Comando de Operações Terrestres (COTER) organizou um pré-treinamento para o exercício, que contou com mini curso específico sobre proteção de civis, ministrado por centro de referência mundial no tema, o Instituto de Operações de Paz e Estabilização dos Exército dos Estados Unidos (PKSOI em inglês).

² Fonte: Forças Armadas da Suécia (2018a).

³ Fonte: Forças Armadas da Suécia (2018b).

Cerca de 45 dias antes do início do Exercício Viking, o PKSOI ministrou um treinamento específico sobre Proteção de Civis, disponibilizando todo o material didático utilizado, além de sua mais recente publicação sobre o tema (PKSOI, 2017). Durante duas jornadas, civis, militares, policiais receberam instruções e debateram aspectos estratégicos, operacionais e táticos da proteção de civis, consolidando a conclusão sobre a relevância e sobre a atualidade do tema.

O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), única instituição brasileira certificada pela ONU para preparar civis e militares a atuar em áreas de conflito, além de observadores independentes ligados ao campo de Paz e Segurança, também participou da atividade, confirmando o grande interesse e o caráter multidisciplinar do tema, conferindo efeito multiplicador ao evento.

Ainda no contexto da proteção de civis no sítio Brasil destaca-se que, além dos observadores independentes, a cobertura de imprensa e o ciclo de visitas realizados conferiram a autoridades civis e militares, acadêmicos, servidores governamentais e ao público em geral a oportunidade de conhecer o Exercício Viking 2018 e sua natural ênfase na temática de proteção de civis. Nas diversas interações, as apresentações e perguntas sobre proteção de civis ampliaram a visibilidade e o conhecimento sobre o assunto.

Todo o arcabouço teórico do assunto proteção de civis no sítio Brasil embasou os planejamentos e ações dos componentes civil, policial e militar durante o exercício, sendo este último componente abordado e particularmente detalhado em decorrência da prévia experiência em conflitos reais por muitos de seus integrantes.

4. O Componente Militar Do Sítio Brasil Do Exercício Viking 2018

Reproduzindo fielmente a estrutura de uma missão de paz da ONU estabelecida no terreno, foi instalado no sítio Brasil um Quartel-General Regional da fictícia "Missão Nações Unidas em Bogaland" (UNMIB em inglês). Em consequência, os três componentes básicos a partir do qual funcionam as missões da ONU, civil, policial e militar, foram mobiliados e operaram plenamente durante todo o Exercício Viking em Brasília.

O Estado-Maior do Componente Militar no sítio Brasil foi representado pela 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas no âmbito do exercício sendo efetivamente mobiliado por militares de diferentes países. Comandado por um oficial General do Brasil, contou com a participação de oficiais do Exército e da Força Aérea de países da América do Norte, da América Central, da América do Sul, da Europa e da Ásia.

Fig 3 - Componente militar do Sítio Brasil da Operação Viking 2018 (7)



Fonte: Exército Brasileiro (2018).

Para o adequado funcionamento do mencionado estado-maior, foram estabelecidas células de Pessoal, Inteligência, Operações, Planejamento, Logística, Coordenação Civil Militar, Comunicação Social, além de assessorias de gênero e de assuntos jurídicos.

Destaca-se ainda, no âmbito do Componente Militar do sítio Brasil, a existência das Unidades militares

subordinadas à 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas. Dessa forma, os Batalhões de Infantaria de Força de Paz (dois brasileiros e um uruguaio), a Companhia de Engenharia e a Unidade de Aviação, foram mobiliados com Estados-Maiores que também se inseriram no contexto do Exercício Viking 2018. A ligação entre a 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas e as mencionadas unidades militares subordinadas foi efetivada por intermédio do sistema de simulação "Combater", uma das ferramentas empregadas nas atividades de simulação realizadas pelo Exército Brasileiro, que se integrou harmonicamente durante todo o Exercício Viking 2018 ao sistema sueco de simulação empregado no exercício.

Com relação à Proteção de Civis no Componente Militar do sítio Brasil, cabe destacar, inicialmente, a experiência no assunto de todos os militares envolvidos com o tema, a começar pelo seu Comandante.

O Comandante da 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas, além da experiência de campo na Missão de Paz da ONU em Angola, foi instrutor do Centro Argentino de Operações de Paz e Comandante do CCOPAB, e trabalhou 4 anos no Quartel-General da ONU em Nova Iorque como Chefe da Equipe de Apoio e Treinamento Militar e Policial aos Estados Membros do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO em inglês). Nesta função, trabalhou na elaboração de publicação da ONU sobre Proteção de Civis (UNITED NATIONS, 2015) que especifica medidas a serem implementadas para incrementar a proteção de civis por componentes militares.

Os cinco oficiais integrantes da célula de Planejamento, encarregada de trabalhar com o tema, eram todos possuidores de experiência prática de Proteção de Civis por haver atuado em diferentes missões de paz da ONU desdobradas no terreno (Chipre, Kuwait, Libéria, Haiti, Congo e República Centro Africana).

Finalmente com relação à Proteção de Civis no Componente Militar do sítio Brasil, destaca-se que a existência das Unidades Militares subordinadas à 1ª Brigada

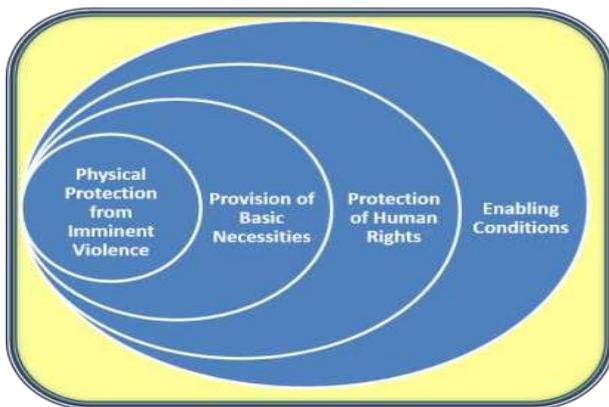
Multinacional das Nações Unidas emprestou realismo e dinamismo ao exercício pelos retornos recebidos a partir da emissão ordens para execução de ações que assegurassem ou incrementassem a proteção de civis. Neste sentido, foi elaborada uma estratégia de proteção de civis, com ênfase na proatividade e praticidade das ações buscando a maior efetividade possível, sendo a seguir apresentada.

5. Estratégia de Proteção de Civis da 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas

A doutrina atual e consensualmente aceita preconiza o estabelecimento de sucessivos níveis de segurança para a consecução da proteção de civis. Exemplificando, a doutrina da ONU sobre o tema, encontrada no documento "Conceito Operacional de proteção de civis em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas" (UNITED NATIONS, 2013) entende que a proteção de civis será propiciada a partir de três diferentes camadas: proteção através do processo político, proteção contra violência física e estabelecimento de um ambiente protetivo.

Outra referência internacional no campo de proteção de civis, o Instituto de Operações de Paz e Estabilização dos Exército dos Estados Unidos (PKSOI em inglês), adota quatro patamares de segurança. Primeiramente, a proteção física contra ameaças iminentes. Na sequência, o atendimento das necessidades básicas humanas, como alimentação e saúde. O nível seguinte, se caracteriza pela promoção dos direitos humanos das pessoas protegidas. Finalmente, o último nível, que prevê o estabelecimento de condições estruturantes de assistência e proteção (tradução nossa). A mencionada sistemática pode ser compreendida a partir da ideia de um núcleo envolto por sucessivas camadas protetoras conforme a imagem a seguir apresentada.

Fig 4 - camadas de proteção de civis segundo o PKSOI



Fonte: PKSOI (2017).

A publicação “Proteção de Civis: implementando diretrizes para componentes militares das Missões de Manutenção de Paz da ONU”, já citada neste texto, aborda mais detalhadamente ações para tropas militares, apresentando quatro diferentes fases para adoção de ações que assegurarão a proteção de civis: ações preventivas, ações proativas, ações responsivas e ações pós-crise (tradução nossa).

Toda a base teórica supramencionada foi a base da confecção da Estratégia de Proteção de Civis da 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas (tradução nossa), evidenciando a pró-atividade da Brigada no campo da Proteção de Civis pela iniciativa adotada neste mister.

A elaboração da estratégia foi iniciada a partir de diretriz escrita do Comandante da Brigada especificando os principais tópicos a serem abordados, com especial atenção a situação de conflito simulada, determinando a emissão de ordens práticas para execução imediata pelas Unidades militares da Brigada.

A partir da diretriz do comandante, a célula de Planejamento iniciou seus trabalhos. De acordo com a situação do exercício, foi buscada a identificação das populações vulneráveis e os fatores que pudessem ameaçá-las junto às outras células do Estado-Maior. Além disso, um estudo de situação específico sobre fatores possíveis de se

materializarem como ameaças para toda a população civil da área de responsabilidade da Brigada foi realizado. Os mencionados dados foram analisados e embasaram as tarefas expedidas para as unidades militares subordinadas à Brigada, especificadas em cada uma das fases relacionadas à proteção de civis já apresentadas.

Como exemplo, na fase preventiva foi enfatizado o patrulhamento de estradas e localidades chaves além do estabelecimento de ligações com os atores locais afetos ao tema (líderes comunitários, forças de segurança locais, organizações humanitárias, etc). Na fase proativa, foi preconizado o pré-posicionamento de tropas em regiões estratégicas. Na fase reativa, foi recomendado o estabelecimento de forças de reação rápida com mobilidade aérea e terrestre. Finalmente, na fase de ações pós-crise, foi ressaltada a identificação e levantamento prévio de projetos de impacto rápido que colaborassem para a estabilização da situação e o incremento da proteção de civis.

Após a elaboração da estratégia inicial de atuação da Brigada, baseado no conhecimento prático dos militares da célula de Planejamento sobre o assunto e alinhado com a doutrina humanitária sobre proteção de civis (ICRC, 2009), foi buscado o contato com o componente civil e com o componente policial visando aprimorar o planejamento e buscando torná-lo multidimensional e integrado. A mencionada integração agregou valor à estratégia em pauta, corroborando sua plausível efetividade na proteção de civis, atingida de forma plena somente por meio de ações coordenadas entre civis, militares, policiais, autoridades locais, agências humanitárias, líderes comunitários, forças locais e autoridades governamentais, entre outros protagonistas da sociedade civil organizada (AZEREDO, 2018).

O objetivo final buscado com todas as medidas adotadas pela 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas na área de proteção de civis era emitir uma Ordem de Operações específica sobre o tema, fato não

efetivado pelo término do exercício de adestramento em pauta.

A estratégia constituiu-se na base geral de preparação de futuras ordens de operação e fragmentárias para que a Brigada e suas Unidades subordinadas pudessem lidar com situações específicas no terreno.

6. Considerações finais

O Exercício *Viking* 2018 pode ser classificado como um evento muito bem sucedido pois, entre outros êxitos, atingiu seu principal objetivo de promover o adestramento de militares, civis e policiais, de distintas nacionalidades e organizações em operações de paz.

Os sítios remotos instalados em seis diferentes países intensificaram a sensação de ambiente multinacional, semelhantemente ao verificado no âmbito do sistema ONU. Nesse contexto, o sítio Brasil foi caracterizado, entre outros aspectos, pela atenção destacada ao

tema da proteção de civis, especialmente abordado desde o pré-treinamento para o exercício.

Dentro da conjuntura do sítio Brasil, a Estratégia de proteção de civis da 1ª Brigada Multinacional das Nações Unidas se confirmou como instrumento proativo elaborado para buscar a maior efetividade possível em todas as ações afetas à uma robusta segurança de populações civis.

Finalmente, é imperioso ressaltar que a simulação realizada pelo exercício *Viking* reproduziu com muita propriedade as situações vivenciadas em uma operação de paz real, se constituindo em uma excelente oportunidade de adestramento para todos os participantes. Fato particularmente importante para os trabalhos afetos à proteção de civis uma vez que possibilitou o contínuo estudo e desenvolvimento do assunto sem nenhum tipo de ameaça ou sofrimento a eventuais populações ou comunidades vulneráveis.

Referências

AZEREDO, Luiz Claudio Talavera de. Proteção a civis: ensinamentos homogêneos em cenários heterogêneos. **Eblog**. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/protecao-de-civis.html>. Acesso em 10 maio 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando de Operações Terrestres. **Exercício Viking 18**. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/viking>>. Acesso em 10 maio 2018.

FORÇAS ARMADAS DA SUÉCIA. **Estratégia Ampla de Proteção de Civis da Missão das Nações Unidas em “Bogaland”**. Computer Assisted Exercise – Viking 18 / Gamedocs-preparation documents, 2018a.

_____. **Mandato da Missão de Paz Integrada das Nações Unidas em Bogaland**. In: Computer Assisted Exercise – Viking 18 / nts, 2018b.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **Enhancing protection of civilians for civilians in armed conflict and other situations of violence**. ICRC, 2009.
Participantes do Sítio Brasil da Op Viking 2018. Retirado de: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/component/content/article?id=482>

PKSOI. **Protection of Civilians: Military Reference Guide**. US Army: PKSOI, 2017.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations – DPKO. **Protection of Civilians: Implementing Guidelines for Military Components of United Nations Peacekeeping Operations.** 2015.

_____. Department of Peacekeeping Operations/ Department of Field Support.
DPKO/ DFS Operational Concept on Protection of Civilians. DPKO/ DFS, 2013.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **A Good Man in Hell: General Roméo Dallaire and the Rwanda Genocide.** 2014. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=fVX3WWj2drQ&feature=youtu.be>>.